

Traíra: promotor usará fotos contra militares acusados

Mortos seriam garimpeiros e não guerrilheiros das Farc

Amaury Ribeiro Jr.

• SÃO PAULO. Duas fotos, divulgadas pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) como sendo de dois guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), vão ser usadas como provas pelo Ministério Público Militar para denunciar quatro oficiais do Exército brasileiro que participaram, em 1991, do conflito do Traíra, na fronteira do Brasil com a Colômbia. Eles são acusados de executar três garimpeiros que, segundo soldados e ex-soldados, foram capturados quando trabalhavam numa área de minério em Garimpo, na Colômbia.

"São os garimpeiros", diz um ex-soldado

As duas fotos, divulgadas em março de 1991 pelo CMA, foram identificadas na semana passada por soldados da reserva e da ativa como sendo de dois dos três garimpeiros capturados, e não de guerrilheiros mortos em combate, como afirmou o Exército na época. Ao ver as fotos, o ex-soldado do Exército Raimundo de Souza Silva, que participou da captura dos colombianos, disse ter levado um susto.

— Não tenho dúvida: são os garimpeiros que ajudei a capturar na Colômbia. Eles foram executados — afirmou Silva.

Ele conta que os três garimpeiros — capturados por uma patrulha do Exército Brasileiro, da qual fazia parte — foram levados para o destacamento do Rio Traíra. Um dia depois, desapareceram, conta Silva,

depois de serem levados num barco por quatro oficiais. O depoimento do ex-soldado foi confirmado no Inquérito Policial Militar (IPM) por outros soldados e ex-soldados.

"Os oficiais levaram os três garimpeiros no barco com muita gasolina e voltaram apenas com as roupas deles e um fuzil, dizendo que tinham matado guerrilheiros", afirmou o soldado Messias Figueiredo de Souza em depoimento no IPM.

Silva e outros militares foram convocados pelo promotor da Justiça Militar do Amazonas Irabenir de Oliveira na semana passada para examinar as fotos. Indicado pela procuradora-geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi, para o caso, o promotor decidiu convocar, entre 12 novas testemunhas, o ex-ministro Carlos Tinoco e oficiais da cúpula do Exército para explicar as contradições no IPM, que é presidido pelo coronel do CMA Nestor de Souza Filho.

O conflito do Traíra teve início em fevereiro de 1991, quando 40 guerrilheiros das Farc tomaram o destacamento do Rio Traíra. Segundo ex-soldados, a represália do Exército teve início três dias depois. Só que, em vez de guerrilheiros, foram executados garimpeiros, capturados na Colômbia.

Embora o número de garimpeiros mortos possa ser maior (segundo o Ministério das Relações Exteriores e amigos e parentes das vítimas, pode chegar a 20), o promotor Oliveira está centrando as investigações nas mortes dos três.

Ao longo dos dez anos, o

Exército apresentou três versões diferentes sobre a morte dos colombianos. A primeira, divulgada em março de 1991 pelo então comandante do Batalhão de Infantaria da Selva de Tabatinga (AM), coronel Evandro Augusto Pamplona, era que a ação de represália teria resultado na morte de sete guerrilheiros numa emboscada.

Convocado pelo Senado em junho de 1991, o ministro Tinoco apresentou outra versão, a cuja cópia, anexada ao IPM, o GLOBO teve acesso. Segundo ele, os três garimpeiros capturados teriam sido mortos num confronto entre o Exército e as Farc, ocasião em que teriam tombado ainda outros quatro guerrilheiros.

Versão não explica volta com roupas dos presos

A terceira versão — apresentada pelos quatro oficiais acusados no IPM — sustenta que os três garimpeiros fugiram durante um combate entre as Farc e o Exército que resultou na morte de sete guerrilheiros. Mas os oficiais não explicaram por que eles voltaram ao destacamento com as roupas e as botas dos três. As roupas dos colombianos (que aparecem numa foto divulgada pelo Exército) foram reconhecidas por ex-soldados.

— Ao ver fotos das botas e das roupas como sendo de guerrilheiros, fiquei indignado, porque eram dos garimpeiros que ajudei a prender — disse um militar, arrolado como testemunha pela Promotoria, que pediu para não ser identificado por temer represálias. ■